

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.271 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2001



Senadoras e deputadas obtiveram ontem do presidente do Senado, Jader Barbalho, apoio para votação com urgência de três projetos defendidos pela bancada feminina (Página 4)

Senado quer apreciar antes da Câmara todos os projetos de interesse da Federação

Plenário aprovou, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que inverte a ordem de tramitação das matérias relativas à estrutura federativa e de interesse dos estados.

PÁGINA 3

Plenário discute PEC contra guerra fiscal

Aprovada em primeiro turno pelo Senado, a proposta de emenda constitucional que pode acabar com a guerra fiscal entre os estados continua a ser discutida, em segundo turno, na sessão de hoje. A PEC, que define regras para os benefícios fiscais, deve ser votada em definitivo ainda neste mês.

PÁGINA 5

Fraga vê o Brasil preparado para enfrentar turbulência

PÁGINA 9



Na reunião das comissões do Congresso, o presidente do Banco Central traçou "um quadro bom da economia"

Hospitais universitários devem ter internações pagas

PÁGINA 5

CONSELHO DE ÉTICA TOMARÁ NOVOS DEPOIMENTOS NO PROCESSO CONTRA ACM

PÁGINA 6

MP arquiva relatório sobre o Banpará

O Ministério Público do Pará decidiu pelo arquivamento do relatório do Banco Central sobre o caso Banpará. "Ficou demonstrado que fui vítima de uma profunda injustiça", disse o presidente do Senado, Jader Barbalho.



Jader Barbalho observa que a decisão o isenta de qualquer responsabilidade

PÁGINA 2

Candidato pode ter que deixar cargo para disputar reeleição

PÁGINA 7



Presidida por Cabral, a CCJ aprovou PEC que trata da reeleição no Executivo

Ministério Público arquiva relatório do Banco Central sobre o Banpará

Presidente do Senado, Jader Barbalho, observa que a decisão o isenta de qualquer responsabilidade e afirma: "Ficou demonstrado mais uma vez, de forma cabal, que fui objeto de uma profunda injustiça"

Ao tomar conhecimento de que o Ministério Público do Pará decidiu pelo arquivamento do relatório do Banco Central sobre o caso Banpará, o presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que "ficou demonstrado mais uma vez, de forma cabal", que ele foi

objeto "de uma profunda injustiça". Jader prometeu voltar ao assunto logo que examinar o parecer, mas não quis adiantar a atitude que pretende adotar.

— Confesso que ainda não tive tempo de ler, só tomei conhecimento do arquivamento, o que me

isenta de qualquer responsabilidade. Pretendo ler e ainda tratar do tema. Agora, apenas festejo o fato de que todas as acusações feitas a meu respeito estão aí, desmoralizadas. O restante é outra etapa — afirmou.

O senador disse que considera

o assunto encerrado desde 1992, quando o Departamento Jurídico do BC considerou a investigação concluída. Quanto à possível reação de seus acusadores, desabafou: "Se não houver um ponto final nisso depois dessa decisão, então, só o hospício".



Comissão de prefeitos esteve com o presidente do Senado

Prefeitos terão apoio de Jader para diálogo com o governo

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem uma comissão de prefeitos de todo o país, representando mais de mil chefes de executivos municipais que estão em Brasília para negociar com o governo federal uma extensa pauta de reivindicações. No encontro, o senador destacou a importância dos municípios e prometeu apoio do Senado ao esforço para melhorar o diálogo dos prefeitos com o Palácio do Planalto.

Em nome dos prefeitos, falou o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, que defendeu a importância do respaldo dos parla-

mentares das duas Casas do Congresso Nacional para a superação do que classificou de "intransigência" do Executivo em relação a diversos pleitos importantes para o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Ao responder à saudação dos prefeitos, Jader lembrou que começou sua vida pública como vereador, vivenciando os problemas municipais. Ao lado do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que fez questão de lembrar que já foi prefeito, o presidente do Senado prometeu colaborar com as gestões políticas que permitam melhorar e ampliar o diálogo dos chefes de executivos municipais com o governo federal.

Eduardo e Jonas fazem visitas técnicas aos EUA

Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) viajam hoje para os Estados Unidos, onde participarão de um encontro organizado pela Associação Brasileira de Agronegócios. A viagem

não será custeada pelo Senado Federal.

Os parlamentares vão fazer visitas técnicas a empresas, universidades e centros de pesquisa dos Estados Unidos que trabalham com biotecnologia.



Carlos Velloso e José Manoel da Costa foram recebidos por Jader Barbalho

Presidente do STF e conselheiro português visitam o Senado

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, que se fez acompanhar, na audiência, pelo juiz conselheiro José Manoel da Costa, presidente do Supremo Tribunal Constitucional de Portugal. Depois de uma troca de impressões sobre os dois países, Jader fez questão de estar com Velloso e Manoel da Costa na visita ao Plenário da Casa.



QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; substitutivo ao PLS nº 104/95, altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 110/00, denomina Rodovia Governador Ene Garcez a Rodovia BR-401; PLS nº 140/00, denomina Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RR); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PR nº 25/99, cria capela ecumênica em dependências do Senado; e Requerimento nº 100/01, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 12/01, de sua autoria.

COMISSÕES

10h — Comissão Mista do Código Florestal
Pauta: eleição do vice-presidente e votação do novo parecer do relator da MP nº 2.080, que propõe mudanças no Código Florestal e na legislação relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento do ex-presidente de Finanças do Clube de Regatas do Flamengo e da contadora do clube, Maria Ângela Alves Luz. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: debate com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, sobre o crescimento da dívida pública e os gastos da União com o pagamento de juros. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tramitação de matérias de interesse estadual pode mudar

Acolhida em primeiro turno proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Waldeck Ornélas, que torna obrigatório o início no Senado da discussão e votação das matérias relacionadas com questões federativas

Em primeiro turno e por 66 votos a favor e nenhum contra, o Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que estabelece a obrigatoriedade de se iniciar sempre no Senado, e não na Câmara dos Deputados, a discussão e votação dos projetos concernentes à estrutura federativa e que interessem a um ou mais estados. O texto aprovado foi um substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Em defesa da iniciativa, Ornélas argumentou que, enquanto a Câmara representa o povo brasileiro, o Senado representa os estados-membros da Federação, garantindo o equilíbrio federativo. Ressaltou que isso é o que explica o fato de todos os estados elegerem igual número de senadores, independentemente do seu número de eleitores. E lembrou que a Constituição federal de-

termina que os projetos iniciem sua tramitação pela Câmara, para que passem primeiro pelo crivo dos representantes do povo.

Na opinião de Ornélas, para ser coerente com tal disposição constitucional, as matérias que dizem respeito a interesses regionais devem ter sua discussão e votação iniciada na Casa voltada para a preservação da Federação — ou seja, o Senado.



Para Ornélas (E), a proposta aprovada ontem pelo Plenário consagra a vocação do Senado como Casa da Federação



Comissão avalia criação de guarda nacional

Por requerimento do próprio autor da iniciativa, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), e de outros parlamentares, o Plenário do Senado devolveu ontem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional que atribui à União competência para criar, organizar e manter uma guarda nacional, com a atribuição de proteger seus bens, serviços e instalações.

Conforme a emenda, as guardas municipais terão as atribuições ampliadas, passando também a proteger, além dos bens, serviços e instalações, como prevê atualmente a Constituição, suas populações e logradouros públicos. Ao recomendar que a matéria fosse retirada de pauta, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) considerou conveniente a alteração do papel das guardas municipais, mas alertou que isso não deve diminuir a importância das polícias Militar, Civil e Federal.

Na mesma sessão, o presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou o transcurso da terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que concede isenção tributária aos cadernos escolares e ao papel destinado à sua impressão. A matéria voltará a ser discutida hoje.



Tuma defende o reexame pela CCJ da emenda que amplia as atribuições das guardas nacionais

CCJ quer exigir renúncia de senador que disputar reeleição no meio do mandato

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que torna inelegível para o Senado o senador que estiver no meio do mandato, salvo se renunciar até a data da convenção partidária. A matéria ainda será votada em turno suplementar e submetida ao exame da Câmara dos Deputados. Foram registrados 48 votos favoráveis, seis contrários e dez abstenções.

O texto original é do senador Antero de Barros (PSDB-MT). Ele o defendeu com o argumento de que, quando senadores resolvem se candidatar tendo ainda quatro anos de mandato a cumprir, ocorre "um desvirtuamento" do que estabelece a Constituição, "comprometendo-se a eficácia da alternância prevista para ocorrer de quatro em quatro anos".

Antero também argumentou que a candidatura do senador ao mesmo cargo é indefensável, pois não há nada que respalde a atitude daquele que se lança candidato para integrar uma Casa onde já se encontra. O senador observou que considera normal o senador candidatar-se a governador ou a



Antero quer garantir a "eficácia da alternância prevista para ocorrer de quatro em quatro anos"

presidente da República, mas não ao próprio Senado.

— Não vislumbramos possibilidade de alguma de boa intenção nessa postura — afirmou.

Doze senadores participaram da discussão do projeto: Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Bernardo Cabral (PFL-AM), Álvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Fogaça (PMDB-RS), Hugo Napoleão (PFL-PI), Eduardo Dutra (PT-SE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Heloísa Helena (PT-AL), Amir Lando (PMDB-RO), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Ademir Andrade (PSB-PA).

CAE examinará projeto que permite à Petrobras elevar sua dívida em R\$ 3,33 bi

O Senado decidiu adiar a votação do projeto de resolução que autoriza a Petrobras a elevar, em R\$ 3,33 bilhões, o seu limite de endividamento. O adiamento foi solicitado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reexamine a matéria.

Dutra lembrou que a CAE examinou no ano passado o pedido da Petrobras, que foi encaminhado pelo governo federal, acrescentando que a estatal pretendia contratar uma parcela dos recursos ainda em 2000. Assim, o senador argumentou que o parecer da CAE precisa ser refeito. O parecer aprovado na CAE, com base em relatório do senador Luiz Otávio (sem partido-PA), afirma que o aumento do limite de endividamento não deve aumentar a dívida global da estatal, mas apenas transformar créditos de curto prazo em outros, de longo prazo.

Os senadores também decidiram remeter de volta à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o projeto de resolução que institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil, que seria encarregado de desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos



Luiz Otávio apresentou parecer, aprovado pela CAE, favorável ao novo limite de endividamento

dois países.

Foram aprovados, na mesma sessão, com a abstenção dos senadores do Bloco Oposição, três projetos de decreto legislativo que ratificam os atos do Ministério das Comunicações outorgando ou renovando concessões e permissões para o funcionamento de emissoras de rádio em Curitiba (PR), Nova Timboteua (PA) e Cabo de Santo Agostinho (PE). Também foi aprovado projeto de decreto legislativo que aprova a autorização dada pelo ministério para que a Associação de Comunicação e Cultura de Montes Claros de Goiás instale uma rádio comunitária no município.

Definido direito de visita dos avós em caso de divórcio

Projeto da ex-senadora Luzia Toledo recebeu parecer favorável da senadora Maria do Carmo e foi acolhido pelo Plenário. Caberá ao juiz que estiver tratando da separação disciplinar a convivência com os netos

O Senado aprovou ontem projeto de lei de autoria da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que garante aos avós o direito de visitarem seus netos no caso de separação judicial ou divórcio. Em seu parecer favorável, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) considerou que a proposta aprovada dará mais equilíbrio à família. Com essa decisão, ficou prejudicado projeto de iniciativa da Câmara que tratava do mesmo assunto, e a matéria aprovada será encaminhada ao exame dos deputados.

A senadora Maria do Carmo enfatizou que os direitos de visita dos avós, bem como os de sua participação na educação das crianças e adolescentes, precisarão da chancela do juiz que estiver tratando



Maria do Carmo diz que a proposta aprovada dará mais equilíbrio à família

do caso. Ela explicou que, no caso de separação judicial ou divórcio, cabe ao juiz disciplinar posse e guarda das crianças e adolescentes, bem como garantir meios para sua edu-

cação. "Nada mais natural que o juiz também regule os direitos dos avós, assegurando à mãe (ou pai) detentora da guarda e responsabilidade direta meios de conduzir a educação de seus filhos sem a interferência, nem sempre oportuna, de terceiros", afirmou o parecer.

Maria do Carmo considerou justo, no entanto, garantir a possibilidade de visitas dos avós, por entender que podem ser do interesse dos próprios menores, vítimas indiretas da separação de seus pais. "Além de receberem parcela importante do impacto dessa separação, não devem ser compulsoriamente afastados de seus avós, desde que essa convivência seja disciplinada pelo juiz", concluiu a senadora por Sergipe.



Ricardo Santos (à direita) recebeu representantes do PET e propôs um encontro das comissões de Educação com o ministro Paulo Renato

Empregado poderá escolher banco para receber salário

A CLT poderá garantir ao empregado o direito de indicar ao patrão a instituição bancária onde deseja depositar o mensalmente seu salário. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e ainda terá sua redação final colocada em votação antes de ir à Câmara.

O projeto havia recebido parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Nabor Júnior (PMDB-AC). A mudança se aplica às empresas situadas em área urbana e estabelece que o empregado também receba o salário em cheque emitido diretamente pelo empregador, salvo se analfabeto. Nesse caso, o pagamento somente poderá ser efetuado em dinheiro.

Apresentado pelo ex-senador Júlio Campos, o projeto foi elaborado sob o argumento de que atende a antiga reivindicação de trabalhadores, visto que a grande maioria das empresas paga os salários num único banco. Segundo o autor da iniciativa, a escolha do banco geralmente é feita com vantagens para as empresas e não para os empregados.



Nabor Júnior deu parecer a favor do projeto

Ricardo Santos sugere encontro com ministro da Educação para discutir mudanças no PET

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), propôs ontem que os membros das comissões de Educação do Senado e da Câmara se encontrem com o ministro Paulo Renato Souza para tratar das mudanças efetivadas no Programa Especial de Treinamento (PET). Ele tomou a decisão após reunir-se com representantes do PET de todo o país e ouvir deles críticas às modificações que o Ministério da Educação pretende realizar no programa.

— Vamos tentar abrir um canal de comunicação entre os integrantes do PET e o ministério. Nesse sentido, vamos propor ao ministro Paulo Renato a formação de uma comissão tripartite, incluindo a Secretaria do Ensino Superior, o PET e o próprio Congresso, para discutir a melhor maneira de se realizar a reestruturação que o governo já anunciou que pretende fazer no programa — explicou o senador.

Para Ricardo Santos, o Ministério da Educação "avalia o programa de maneira positiva". O presidente da CE admitiu que a futura comissão tripartite deverá reavaliar alguns pontos da re-

estruturação anunciada pelo ministério. Ele reconheceu que algumas reivindicações dos representantes do PET devem ser levadas em conta.

O presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do PET, Dante Barone, defendeu o restabelecimento da remuneração dos coordenadores — que recebiam por volta de R\$ 700,00 —, abolida pelo ministério a partir deste ano. Ele salientou que o programa pode ser expandido para todo o país e propôs que os PETs estaduais também façam projetos de extensão e não apenas de ensino e pesquisa. Os representantes da Comissão de Defesa do PET, formada por professores e estudantes, reivindicam ainda maior abertura para a definição dos grupos por áreas de conhecimento.

Barone protestou contra a atitude do Ministério da Educação que, segundo ele, está trabalhando para "acabar com o programa". Ele lembrou que, atualmente, existem 314 grupos reunindo 3.700 estudantes, e disse que o ministério quer reduzir esse número para 2.500 acadêmicos.



Marluce Pinto, Jandira Feghali e Heloísa Helena estiveram com o presidente do Senado, Jader Barbalho

Projetos em defesa da mulher terão urgência para votação

O Plenário aprovou ontem urgência para a tramitação de três projetos que, segundo a senadora Emília Fernandes (sem partido-RS), são de interesse da bancada feminina no Congresso: um tipifica o assédio sexual como crime, outro obriga as empresas de segurança a cobrir as despesas com cirurgias plásticas de restauração de mama em função de câncer, e o terceiro exige que as delegacias informem às vítimas de estupro sobre seu direito ao aborto. De acordo com o calendário de votações, as matérias devem ser incluídas em Ordem do Dia na sessão do próximo dia 18.

Pela manhã, o presidente do

Senado, Jader Barbalho, havia garantido às senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Marluce Pinto (PMDB-RR) e às deputadas Jandira Feghali (PcdoB-RJ) e Iara Bernardi (PT-SP) que apoiaria o pedido de urgência para a tramitação dessas três proposições, consideradas pela bancada feminina prioritárias para melhorar a condição da mulher no país.

De acordo com Heloísa Helena, os três projetos foram aprovados na Câmara em março, mês dedicado à mulher. Com o apoio do presidente Jader Barbalho, disse a senadora, essas matérias poderão entrar na Ordem do Dia já na semana seguinte à Semana Santa.

Plenário discute PEC que pode pôr fim à guerra fiscal

Proposta de emenda constitucional, já aprovada em primeiro turno, define regras para conceder isenção de ICMS. Também consta da pauta de hoje a proibição de cobrança de impostos sobre o papel utilizado em cadernos escolares



Sebastião Rocha (E) defendeu, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, o aprofundamento do debate sobre o uso médico do silicone

Hospitais universitários podem ser autorizados a cobrar por internação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acolheu ontem, na forma de substitutivo, projeto que permite aos hospitais universitários captar recursos por meio de internações pagas, que poderão ocupar até 25% dos seus leitos operacionais. O projeto, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), altera a Lei Orgânica da Saúde e teve parecer favorável do relator, Geraldo Althoff (PFL-SC), que incorporou três emendas de Tião Viana (PT-AC) e uma de Sebastião Rocha (PDT-AP).

O projeto prevê que os recursos das internações pagas devem ser empregados integralmente na manutenção e na recuperação dos hospitais. Impede, ainda, que seja reduzido o número de leitos à disposição dos pacientes do SUS.

A CAS definiu, na mesma reunião, a realização de uma nova audiência

pública, requerida pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), para discutir o uso de silicone. Projeto que regulamenta o assunto está em tramitação na comissão. O relator, senador Sebastião Rocha, posicionou-se favoravelmente à nova reunião. Ele sugeriu que seja estendido o convite a representantes da Sociedade Brasileira de Dermatologia, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, da Sociedade Brasileira de Medicina Estética e ainda ao cirurgião plástico Ivo Pitanguy.

Os senadores aprovaram também dois requerimentos de Sebastião Rocha, que solicitou a realização de um simpósio sobre saúde suplementar, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, e do 1º Fórum Nacional de Saúde Ocular, em conjunto com o Centro Brasileiro de Oftalmologia.

Parlamentares lançam manifesto contra a extinção da Sudene

Senadores e deputados do Nordeste e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de governadores e representantes da Justiça e das assembleias legislativas da região, lançaram na noite de ontem, no restaurante do Senado, um manifesto contra a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A reunião foi organizada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O documento considera um erro a Sudene ser tratada como simples agência de fomento ou um órgão burocrático onde técnicos discutem projetos voltados para o desenvolvimento regional. "A Sudene contribuiu, em muito, para a construção da nova história brasileira. Extingui-la significa aceitar a tese — absurda —

de que as desigualdades foram vencidas entre nós", diz o manifesto. Texto distribuído à imprensa defende que os eventuais equívocos ocorridos na história do órgão devem ser apurados e punidos. "Jamais, todavia, poderão justificar a pena de morte de uma instituição vitoriosa." A data de 4 de abril também foi escolhida como Dia Nacional de Luta Contra a Extinção da Sudene.

Além de Suassuna, participaram do lançamento do manifesto os senadores Freitas Neto (PFL-PI), Gerson Camata (PMDB-ES), José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG) e, também, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), além dos governadores Garibaldi Filho, do Rio Grande do Norte, e José Maranhão, da Paraíba.

O Plenário do Senado continua a discutir na sessão de hoje, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que pode acabar com a guerra fiscal entre os estados, ao definir regras para os benefícios fiscais passíveis de concessão por meio de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A matéria, de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), foi aprovada em primeiro turno na semana passada e deve ser votada em definitivo na próxima semana de trabalhos legislativos.

Outra PEC que será debatida pelos senadores é a que proíbe a cobrança de impostos sobre o papel utilizado em cadernos escolares. Será o quarto dia de discussão e, ao final do quinto dia, a matéria, de autoria do senador Sebastião

Rocha (PDT-AP), poderá ser votada em primeiro turno.

Os senadores votam ainda dois projetos de lei que alteram o nome da Rodovia BR-401, em Roraima, além de seis projetos de decreto legislativo que renovam ou outorgam permissões e concessões para a exploração de serviços de radiodifusão. O projeto de resolução do senador Pedro Simon (PMDB-RS)



O senador Pedro Simon propôs a criação de uma capela ecumênica nas dependências do Senado

que cria uma capela ecumênica nas dependências do Senado completa a pauta da sessão.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, e o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), presidente nacional do PFL, entraram em acordo para solicitar o adiamento da votação do projeto de lei que amplia o prazo de filiação partidária.

Fidelidade partidária deve ir a votação junto com financiamento público de campanhas

Uma das mais importantes — e controversas — medidas da reforma política, o projeto de lei que amplia os prazos para a filiação partidária, cuja votação estava prevista para a sessão de hoje, somente será apreciada pelo Plenário do Senado no dia 25 de abril. O acordo para a retirada da proposta de pauta foi firmado ontem entre o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) e o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE).

Segundo Dutra, a idéia é permitir a votação da proposta no mes-

mo dia da apreciação do projeto que institui o financiamento público de campanhas.

Autor da proposta sobre fidelidade partidária, Bornhausen disse que pretende inibir as constantes mudanças de legenda e fortalecer os partidos políticos. O projeto determina que, para disputar uma eleição, a pessoa precisa estar filiada a um partido por no mínimo um ano, caso nunca tenha se filiado a uma agremiação. Porém, em caso de troca de partido, o eleitor deve estar filiado ao seu novo partido há, pelo menos,

quatro anos.

— A disciplina partidária exige que haja um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e o seu partido e essas condições só podem ser obtidas se houver limitação ao "troca-troca" de partido que ocorre entre os eleitos, mediante negociações que depõem contra toda a classe política — afirmou Bornhausen, que tem o apoio do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), autor do parecer favorável aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Senado aprova pesar pela morte do médico José Silveira

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar apresentado pelos senadores da Bahia Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e Waldeck Ornélas (todos do PFL), pelo recente falecimento do professor e cientista baiano José Silveira. De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e à Universidade Federal da Bahia.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Antonio Carlos Magalhães enalteceu a figura de José Silveira.

Segundo o parlamentar, o homenageado foi um "cientista de renome nacional e internacional, unanimidade na sociedade baiana, catedrático da Faculdade de Medicina e incentivador pioneiro de campanhas de combate à tuberculose".

Prosseguindo, Antonio Carlos disse que "a Bahia é pródiga em valores culturais, artísticos e científicos mas, depois desse falecimento, ficou um pouco mais pobre".



Segundo Antonio Carlos, Silveira foi "incentivador pioneiro" de programas contra a tuberculose

Jader Barbalho considera "inexeqüível" CPI proposta para investigar corrupção

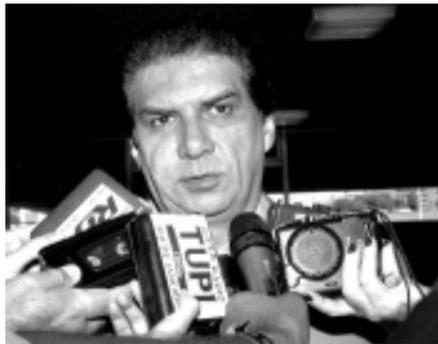
A quantidade e a diversidade dos fatos a serem apurados, observa o presidente do Senado, inviabilizam a formação da comissão. "Espero, portanto, que prevaleça o bom senso", afirmou

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem não achar viável a comissão parlamentar de inquérito (CPI) proposta pela oposição para investigar diversos casos de corrupção denunciados pela mídia. Segundo o senador, a CPI é "inexeqüível", seja pela quantidade de itens a serem apurados, seja pela diversidade das questões a investigar em pouco tempo.

— Espero, portanto, que prevaleça o bom senso e acho que a cobrança de providências deve ser permanente, bem como o acompanhamento junto aos órgãos responsáveis, de forma transparente para a opinião pública — afirmou Jader, para quem "não se deve criar um factóide político, que na verdade não colabora com ninguém".

Na avaliação dele, a insistência na proposição "não colabora com o Congresso, que vai ter uma dificuldade imensa com uma lista tão extensa para fazer qualquer apuração conseqüente, como também não colabora com a administração em geral e, por último, com a sociedade".

Jader declarou-se confiante no trabalho da recém-criada Corregedoria Geral da União, que deverá "coordenar ações que hoje estão dispersas e centralizar as providências, estimulando a agilização". Em resposta aos jornalistas, que queriam saber se ele iria encaminhar alguma denúncia à Corregedoria, o presidente do Senado disse: "Se tiver, é minha obrigação, mas eu não estou absolutamente interessado em promover o denunciamento."



Jader disse que a pressão pela CPI "não colabora" com o Congresso nem com a sociedade

ver o denunciamento."

Quanto à decisão das lideranças políticas da base do governo de retirar a urgência do projeto em tramitação na Câmara que reajusta a tabela de desconto na fonte do Imposto de Renda e eleva o valor das deduções, Jader disse esperar que "ainda possa ser encontrada uma solução e, se não

for possível já para este ano, que se estabeleça para o ano que vem".

Ele voltou a defender a correção da tabela e prometeu "conversar" com o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), para saber "que tipo de encaminhamento ainda pode ser dado a essa questão".

Iris Rezende defende linha de crédito para agropecuária

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) recomendou que o Brasil dê uma trégua no "excessivo monetarismo" e abra uma linha de crédito para alavancar o setor primário. Ele argumentou que o embargo do Canadá à carne brasileira resultou na comprovação de que o gado nacional é herbívoro, e portanto imune à doença da vaca louca, constatação que poderá abrir novos mercados para o rebanho brasileiro.

— É preciso extrair lições daquele episódio para que o Brasil possa superar as suas angustiantes diferenças sociais e se firmar na linha do crescimento — afirmou Iris Rezende. Ele acrescentou que, se as autoridades tiverem ousadia, o país estará diante de uma grande chance de expandir sua economia, o que trará reflexos positivos no plano social.

Para o senador por Goiás, o governo federal deve implementar uma política de incentivos para ampliar a produção de alimentos.

— Basta uma visão de futuro, um planejamento calculado, para oferecer aos produtores os meios de expandir enormemente os seus negócios — disse Iris Rezende.

A ocorrência do mal da vaca louca e da febre aftosa na Europa, segundo o senador, já aumentou em 90% as exportações da carne suína brasileira no primeiro bimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. Comparando com janeiro e fevereiro de 2000, a exportação de carne de frango, de acordo com Iris, também apresentou crescimento nos dois primeiros meses de 2001.

— Mas a grande perspectiva que se apresenta é em relação à carne bovina. O Brasil é o terceiro maior exportador, atrás apenas da Austrália e dos Estados Unidos. Até 2005, o país deverá estar na liderança, abrindo enormes mercados para expandir os nossos produtos, devolvendo a esperança ao sempre sacrificado setor primário — afirmou ele.



Dutra: mobilização ajudará a convencer os deputados e senadores de que "o país quer a CPI"

José Eduardo Dutra acredita em eficácia de manifestação popular

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, espera que as manifestações populares em favor da instalação da CPI da Corrupção, a se realizarem hoje em Brasília e em quase todos os estados, "reúnam milhares e milhares de pessoas e convençam os deputados e senadores de que o país quer a CPI". A manifestação de Brasília, organizada pelos partidos de oposição, começará às 10h de hoje, ao lado da Catedral, e terminará em frente ao Congresso.

Os partidos de oposição decidiram promover a manifestação logo após Dutra ter começado a coletar assinaturas de senadores a favor da CPI. Ele afirmou ontem que o requerimento continua com 25 assinaturas. O mínimo exigido, para instalar a comissão parlamentar de inquérito (CPI), é de 27 no Senado e 171 na Câmara.

Na terça-feira, o senador Amir Lando (PMDB-RO) anunciou que, caso sejam obtidos 26 nomes no Senado, ele será o 27º e último a assinar o requerimento.

Conselho de Ética marca novos depoimentos para verificar se ACM atentou contra decoro

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu na noite de ontem convocar quatro novas reuniões para a tomada de depoimentos no processo que apura se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, no início de fevereiro.

Serão ouvidos o dono da Eliseu Kopp, empresa que produziu o sistema de votação eletrônica do Senado; os técnicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que fizeram perícia no painel de votação; o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor de Comunicação Social do Senado; e o foneticista Ricardo Molina, que degravou uma das fitas que registraram a conversa de Antonio Carlos com os procuradores. O primeiro depoimento, de Molina, foi marcado para as 17h do dia 18.

As convocações foram propostas pelo relator do processo, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), e por Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado e que tem assento no Conselho de Ética. Molina foi reconvoado porque informou ao conselho ter conseguido entender, pelo uso de outras técnicas, novas palavras ou frases consideradas inaudíveis na primeira gravação.

O conselho decidiu convocar o dono da Eliseu Kopp porque a empresa foi contratada para fornecer um sistema inviolável, mas peritos da Unicamp constataram nele a existência de 18 pontos frágeis. Tais falhas poderiam permitir que os resultados das votações secretas fossem conhecidos ou houvesse fraude durante as votações, com alteração dos votos dados. Os técnicos da Unicamp foram convocados para explicar deta-



O senador Ramez Tebet é o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

lhadamente a análise que fizeram do sistema eletrônico de votação.

LUIZ OTÁVIO

Na mesma reunião, o Conselho de Ética ouviu novamente o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), em investigação que apura sua participação na aplicação indevida de dinheiro emprestado pelo BNDES para construção de balsas, no Pará. A relatora, Heloísa Helena (PT-AL), perguntou se o senador mantinha a versão de que o Banco do Brasil tomou a iniciativa de reter o dinheiro, para quitar dívidas da empresa Rodomar, da qual era sócio Luiz Otávio.

Ante a resposta afirmativa do senador, ela leu trechos de depoimentos de advogados do Banco do Brasil e de um delegado da Polícia Federal que investigou o caso, em meados dos anos 80, nos quais eles sustentam que a iniciativa de usar o dinheiro para pagar dívidas, e não construir as balsas, foi dos próprios beneficiários do financiamento.



A Comissão de Justiça entendeu que é necessário assegurar um mínimo de igualdade entre os candidatos

Candidato à reeleição poderá ter que se desincompatibilizar

Presidente, governadores e prefeitos terão que renunciar aos mandatos seis meses antes da eleição, conforme PEC aprovada ontem pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) que obriga o presidente da República, governadores e prefeitos a renunciarem aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito para concorrer a quaisquer cargos eletivos, incluída a reeleição.

A PEC, de autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), foi aprovada após intenso debate entre os senadores Roberto Frei-

re (PPS-PE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que defendiam a inexistência de impedimentos e restrições ao exercício da cidadania e à livre escolha do eleitor, e o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que apoiou a garantia legal de um mínimo de igualdade na disputa eleitoral.

A CCJ também decidiu enviar expediente ao presidente do Senado, pedindo prorrogação do prazo para votação dos três requerimentos de autoria dos senadores

José Eduardo Dutra e Romero Jucá (PSDB-RR) que solicitam a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e de mais 20 pessoas, entre familiares, sócios e funcionários de suas empresas. Segundo o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o prazo para a votação dos requerimentos esgotou-se e os relatores ainda não haviam apresentado seus respectivos pareceres.

Mais rigor e transparência nas concessões

Também foi aprovado e enviado para a CAE projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que obriga a apresentação de relatório de impacto econômico-social antes de o Poder Executivo autorizar concessões de serviços públicos. A proposta determina ainda que o relatório, contendo análise sobre número de empregos a serem gerados, custo financeiro a ser repassado e impacto sobre os custos e sobre as finanças públicas, deverá ser apresentado ao respectivo Poder Legislativo "antes da efetivação da concessão".

Na mesma linha de defesa da transparência administrativa, foi aprovado projeto de lei do senador Osmar Dias que obriga a publicação, na imprensa oficial, e disponibilização pela Internet, na íntegra, de todos os contratos de concessão pública celebrados



Osmar Dias propõe a publicação na Internet de todos os contratos de concessão pública

pelo poder público. O projeto estabelece, ainda, a publicidade dos termos aditivos dos contratos e a avaliação mensal de seu cumprimento. No caso de concessão para exploração de rodovias (pedágio),

a concessionária deverá tornar pública planilha analítica com demonstração de custos e receitas a cada três meses.

O projeto de lei que resultou da audiência pública promovida pela CCJ para debater a segurança do voto eletrônico teve sua votação adiada a pedido do autor, senador Roberto Requião (PMDB-PR). O projeto estabelece normas que poderão mudar o sistema de urna eletrônica para tornar mais rigorosa a segurança e a fiscalização. Segundo ele, o ministro Nelson Jobim solicitou ser ouvido antes que a matéria seja votada. O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, adiou a decisão para a reunião do próximo dia 18, quando a CCJ receberá o ministro Jobim, que será o próximo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de junho.

CCJ aprova projeto que exclui o setor elétrico do programa de privatização

Projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que exclui do processo de privatização as empresas do setor de geração e transmissão de energia foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto seguiu para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em sua justificativa, Freire afirma que as atuais geradoras e transmissoras de energia elétrica devem continuar públicas, para evitar que soluções de continuidade de uma privatização apressada provoquem uma crise no setor e, junto a isso, o aumento da tarifa para os consumidores, com os conseqüentes efeitos sobre a economia popular.

Freire argumenta ainda, na justificativa do projeto, que a atividade do setor elétrico "é extremamente complexa e importante" e que a decisão a respeito de sua privatização "não pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica e sem a participação efetiva do Congresso Nacional".

O senador ressalta, no entanto, que não se opõe à participação do capital privado no setor, observando que sua proposta resultará em uma "firme sinalização" dos poderes públicos no sentido de que sejam realizados investimentos de vulto, como a construção de usinas termelétricas e pequenas hidrelétricas, além de outras formas de produção de energias alternativas.



"Será um desatino político imaginar o setor hidrelétrico brasileiro entregue a um grupo privado", opinou Roberto Freire

Freire apela à CAE em favor de decisão rápida sobre o assunto

O senador Roberto Freire fez um apelo ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), no sentido de que ele convoque o mais rapidamente possível uma reunião da comissão para discutir projeto que impede a privatização de empresas públicas ou sociedades de economia mista do setor elétrico de geração e transmissão de energia.

O projeto, de autoria do próprio Freire e também assinado pelos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Carlos Wilson (PPS-PE), foi aprovado ontem de manhã, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Freire destacou que seu partido não é contra a privatização da distribuição de energia elétrica, mas de sua geração e transmissão.

O senador lembrou que a geração e a transmissão de energia são consideradas estratégicas em quase todos os países do mundo, inclusive nos Estados Unidos. "Lá algumas das usi-

nas hidrelétricas são administradas pelas próprias Forças Armadas", afirmou, lembrando que os americanos estão enfrentando um problema grave com a privatização do setor elétrico da Califórnia.

Roberto Freire destacou que o Brasil também está prestes a enfrentar uma crise energética e defendeu que, ao invés de insistir na privatização de suas usinas, o país deveria dar condições de participação no setor elétrico ao capital privado por meio de novos investimentos em termelétricas ou usinas de pequeno porte. "Será um desatino político imaginar o setor hidrelétrico brasileiro entregue a um grupo privado", opinou.

Ao propor a discussão na CAE, Roberto Freire sugeriu que o presidente da comissão convide representantes do governo para debater o assunto. "No seio do próprio Executivo, existem técnicos que concordam com a nossa posição, que acham o setor hidrelétrico estratégico", comentou.

Ex-dirigente do Vasco diz que Eurico infringiu estatuto

Antonio Gomes da Costa, ex-presidente do Conselho Deliberativo, admite que o atual presidente do clube “extrapolou suas prerrogativas estatutárias” ao encaminhar quatro solicitações para investimento em um banco das Bahamas

O ex-presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Regatas Vasco da Gama Antonio Gomes da Costa disse que o atual presidente do clube, o deputado Eurico Miranda, extrapolou suas prerrogativas estatutárias ao encaminhar quatro solicitações para investimento no Liberal Banking & Co. Ltd., com sede em Nassau (Bahamas). As quatro solicitações totalizaram R\$ 12,55 milhões.

Em depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no futebol (CPI do Futebol), Antonio Gomes da Costa afirmou que, ocupando à época os cargos de segundo-vice-presidente de Finanças e diretor de Futebol do Vasco, Eurico Miranda não teria competência para encaminhar a solicitação, de acordo com os estatutos do clube. Como outros dirigentes, Gomes da Costa afirmou não ter conhecimento de qualquer conta do clube aberta no exterior.

Para o ex-dirigente – que deixou a presidência do Conselho Deliberativo do Vasco em 16 de janeiro último, depois de três



mandatos consecutivos (totalizando nove anos) –, Eurico Miranda também estava “estatutariamente errado” ao endossar um cheque de US\$ 110 mil para ser depositado em uma conta bancária em Miami (EUA). Gomes da Costa, que se disse amigo do deputado, afirmou que, em ambos os casos, a competência seria do presidente e do diretor-financeiro da agremiação esportiva.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que o principal desafio da comissão, atualmente, é saber quem foi o beneficiário do depósito no banco das Bahamas.

Ao responder ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ), Antonio Gomes da Costa reconheceu que é preciso modificar o estatuto do clube para adequá-lo à data de fechamento do balanço financeiro nele expressa, em janeiro. Segundo Gomes da Costa, há várias décadas esse prazo é descumprido. O relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), lamentou que os estatutos sejam sistematicamente descumpridos pelos clubes de futebol no Brasil.

Funcionário teria emprestado conta para o clube movimentar

Também prestou depoimento na manhã de ontem à CPI do Futebol o vice-presidente do Conselho Deliberativo, Amadeu Pinto da Rocha. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) indagou se ele conhecia o funcionário do Vasco da Gama Aremithas José de Lima, em nome de quem foram feitos depósitos em conta bancária, totalizando R\$ 1,4 milhão.

Amadeu Pinto da Rocha afirmou que, quando o clube foi processado judicialmente pela Portuguesa de Desportos por não ter feito um seguro de vida para o jogador Dener – que fora emprestado pela Portuguesa e morreu em um acidente de automóvel –, os bens e contas bancárias do Vasco fo-

ram bloqueados.

– Como o clube tem responsabilidade com o pagamento e a alimentação de mais de 500 atletas, tínhamos de conseguir uma forma de pagar as despesas e salários. A solução, segundo ele, foi movimentar o dinheiro arrecadado pelo clube através da conta de Aremithas, que depois prestava contas ao clube – justificou o depoente. Pinto da Rocha disse desconhecer por que Aremithas foi o escolhido para isso.

Álvaro Dias convocou nova reunião da CPI para hoje, quando serão ouvidos Bruno Garavello e Maria Angela Alves Luz, respectivamente ex-vice-presidente de Finanças e contadora do Clube de Regatas Flamengo.



Antonio Gomes da Costa (à direita) disse não ter conhecimento de qualquer conta do clube aberta no exterior

CPI pede informações sobre contratos da CBF e quebra sigilo de empresa de Ricardo Teixeira

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no futebol brasileiro (CPI do Futebol) aprovou ontem quatro requerimentos de informações. Dois deles referem-se a empresas do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Os outros dois pedem informações sobre o relacionamento entre a CBF e o Delta Bank e sobre a empresa Ameritech Holding Ltd., que teve negócios com uma empresa de Teixeira. Todos os requerimentos foram apresentados pelo relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

O primeiro requerimento solicita à CBF informações sobre empréstimos e financiamentos contratados pela entidade junto ao Delta National Bank ou Delta Bank, desde 1997. O requerimento pede cópias dos instrumentos contratuais, in-

clusive aditamentos; os valores recebidos da instituição financeira e a ela pagos, indicando os montantes e as respectivas datas; e a destinação dos recursos oriundos dos empréstimos e dos financiamentos efetuados. Na justificativa do requerimento, o relator observa que as operações junto ao banco foram efetuadas logo no início da vigência do contrato entre a CBF e a Nike.

RICARDO TEIXEIRA

Outro requerimento pede informações a cartórios do Rio de Janeiro sobre contratos de empréstimos entre pessoas físicas e jurídicas em favor das empresas El Turf Bar e Restaurante Ltda.; Rio Port Bar e Restaurante Ltda.; e City Port Bar e Restaurante. Todas as empresas são de propriedade de Ricardo Teixeira. Na justificativa do pedido, o relator salienta que nenhuma delas pro-

porciona ao presidente da CBF “quaisquer rendimentos importantes”.

A terceira solicitação aprovada pede a transferência, para a CPI, do sigilo fiscal da empresa R. L. J. Participações Ltda., também de propriedade de Teixeira. O mesmo argumento, de que a empresa não rende a Teixeira qualquer importância mais vultosa, foi utilizado na justificativa.

Por fim, a CPI aprovou requerimento solicitando ao Banco Central informações sobre as operações financeiras realizadas pela empresa Ameritech Holding Ltd. De acordo com o relator da CPI, essa empresa vendeu um imóvel à Minas Investimentos S.A. Empreendimentos e Administração, de propriedade de Teixeira, com uma “extraordinária discrepância entre os valores de compra e venda”.

Comissão que analisa MP do Código Florestal elege novo vice-presidente

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP) que altera o Código Florestal, presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), reúne-se hoje no Senado para eleger seu novo vice-presidente. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que ocupou a vice-presidência da comissão até dezembro passado, foi indicado este ano por seu partido para compor o colegiado como suplente.

A comissão foi instalada originalmente em outubro de 1999 e chegou a aprovar parecer que propunha projeto de lei de conversão para transformar a MP em lei. Porém, em edições subsequentes, o governo alterou a MP original substancialmente, tornando necessário um novo exame pelos deputados e senadores da comissão, a partir de relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).



Jonas Pinheiro preside a comissão que examina mudanças no Código Florestal

Fraga: Brasil pode enfrentar turbulência com segurança

Em depoimento a comissões do Congresso, presidente do Banco Central traça “um quadro bom” da situação do país, que, segundo ele, se prepara para tirar vantagem da situação “quando as nuvens negras se dissiparem”

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse ontem, no auditório da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que a situação fiscal permite ao Brasil enfrentar com segurança as novas turbulências financeiras internacionais. Fraga prestou depoimento em reunião conjunta das comissões de Orçamento do Congresso, de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado e de Finanças e Tributação, de Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Ele falou sobre o resultado do BC no segundo semestre do ano passado, em cumprimento ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo o presidente do BC, estão mantidas as metas de inflação –



Fraga: impacto fiscal da política de juros ou de câmbio é subjetivo, porque estabilidade mantida nos últimos anos impediu grandes prejuízos ao país

4% este ano – e de crescimento econômico, apesar da alta momentânea dos juros e do dólar, ocorrida em função do nervosismo nas bolsas de valores. Fraga explicou que, além das contas em ordem, o Brasil está-se beneficiando de um déficit estável nas contas correntes do ba-

lanço de pagamentos financiado a longo prazo, do aumento na taxa de investimento e da solidez do sistema financeiro.

– É um quadro bom. No setor externo temos que nos preparar para o pior, de modo que, quando as nuvens negras se dissiparem, possa-

mos tirar vantagem da situação – disse Fraga a uma audiência composta basicamente de parlamentares da oposição.

Deputados como Milton Temer (PT-RJ), Sérgio Miranda (PCdoB-MG) e Virgílio Guimarães (PT-MG) criticaram a falta de transparência dos dados apresentados por Fraga relativos ao custo para as contas do país das operações do Banco Central, que atingiram um resultado positivo de R\$ 1,31 bilhão, com transferência de R\$ 1,08 bilhão ao Tesouro Nacional.

– Em sua exposição, o presidente do BC não deixou claro o custo fiscal da política monetária (controle da moeda por meio da venda e compra de títulos públicos). Tivemos que cortar R\$ 900 milhões da saúde no Orçamento por causa dos

gastos com juros – disse Miranda.

Fraga argumentou que o impacto fiscal da política de juros ou de câmbio é “subjetivo”, uma vez que a estabilidade econômica mantida nos últimos anos impediu grandes prejuízos ao país, especialmente ao garantir o crescimento econômico num momento em que muitos países sucumbiram aos terremotos financeiros.

Para o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), Fraga cumpriu o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que relatou a participação do BC num contexto maior – o da meta de superávit fiscal do setor público como um todo. Na opinião do deputado, o presidente do BC poderia ter sido mais “didático”, evitando assim os ataques da oposição.

Álvaro propõe novos critérios para distribuir salário-educação



Álvaro Dias quer assegurar recursos para os municípios

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem projeto alterando as regras de distribuição dos recursos do salário-educação – hoje destinados

apenas aos estados e ao governo federal – de forma a beneficiar os municípios. A legislação atual estabelece uma quota federal, correspondente a um terço dos recursos, sendo o restante destinado a uma quota estadual. Essa parte é distribuída entre cada estado e seus municípios, segundo as legislações estaduais.

– Muitas vezes o dinheiro é distribuído de acordo com critérios aleatórios, freqüentemente de natureza político-partidária – criticou o senador.

O projeto pretende corrigir essa distorção ao destinar um terço dos recursos aos municípios, repartidos de acordo com os mesmos critérios de proporcionalidade que regem a distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

CFC fará audiência pública com presidente do TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Humberto Souto, será convidado a comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado para esclarecer o alcance do trabalho desenvolvido pelo órgão. O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), quer saber, por exemplo, se o TCU tem conseguido fazer valer as ações que determina, como punições e multas.

O objetivo da audiência, como explicou Suassuna, é avaliar os resultados do trabalho do TCU. O convite a Humberto Souto resultou de pedidos de mais informações feitos por relatores – o próprio Suassuna e os senadores Ge-



Ney Suassuna preside reunião da CFC: audiências públicas para subsidiar exame das matérias pela comissão

raldo Althoff (PFL-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) – de matérias referentes ao TCU, votadas pela comissão ontem. A CFC examinou uma pauta com 20 itens, 18 deles relacionados com o TCU.

A CFC aprovou ainda convite ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, para que compareça à co-

missão duas vezes: uma, para explicar como serão tratados os problemas relativos à geração e distribuição de energia elétrica no país; outra, para pres-

tar informações a respeito de auditoria realizada no Amazonas sobre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Os convites foram sugeridos, respectivamente, pelos senadores Ney Suassuna e Geraldo Althoff.

Suassuna solicitou também uma reunião conjunta com a Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) à qual comparecerá o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para tratar das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (Sudam e Sudene). A pedido do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), serão convidados também os gestores dos fundos constitucionais. Em dois outros requerimentos aprovados – dos senadores Valmir Amaral (PMDB-DF) e Wellington Roberto –, a CFC solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o processo de construção da Barragem de Corumbá IV e, ao TCU, sobre procedimentos licitatórios.

Comissão mista aprova projeto de conversão à MP das mensalidades

A comissão mista instalada para examinar a medida provisória que alterou a lei que dispõe sobre o valor total das mensalidades escolares aprovou, ontem à noite, parecer do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que conclui pela apresentação de um projeto de lei de conversão favorável à MP, com modificações apenas de redação. A matéria será examinada pelo Congresso.

Editada pela primeira vez em 29 de novembro de 1999, a medida provisória estipula que pode ser acrescido ao preço anual ou se-



Mestrinho é autor do texto que resultou no projeto de conversão a ser examinado pelo Congresso

mestral dos encargos escolares o valor proporcional à variação dos custos relativos a pessoal e custeio. Esse acréscimo deve ser com-

provado mediante a apresentação de planilha de custo, mesmo quando resultante da introdução de aprimoramento no processo didático-pedagógico.

A MP acrescenta ainda dispositivo que permite o desligamento do aluno por inadimplência apenas ao final do ano letivo, ou ao término do semestre letivo, caso o regime adotado seja o semestral. A comissão mista tem como presidente o deputado Paes Landim (PFL-PI) e como vice-presidente o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Obstrução dá resultados, avalia Dutra

A decisão das lideranças governistas de adiar a votação das 41 medidas provisórias (MPs) que tramitam no Congresso tem relação direta com a estratégia regimental de obstrução adotada pela oposição, avaliou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição no Senado. Os líderes do governo pretendiam votar as MPs na terça-feira.

O senador petista reiterou a disposição da oposição de continuar obstruindo a apreciação de MPs até que seja votada a proposta de emenda constitucional (PEC) que limita a edição de medidas provisórias.

Senado aprova voto de louvor a Sebastião Salgado

Fotógrafo inaugurou parte da exposição *Êxodos* no Salão Negro do Congresso Nacional. Segundo Eduardo Suplicy, as imagens retratam a concepção do autor sobre o homem em fuga “à procura de uma vida mais feliz”

Por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Plenário aprovou voto de louvor ao fotógrafo Sebastião Salgado, que inaugurou parte da exposição *Êxodos*, ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional. A outra parte das fotos ficará exposta em espaço cultural no subsolo do centro comercial Venâncio 2000, também em Brasília. De acordo com Suplicy, as fotos procuram retratar a concepção do fotógrafo sobre o

homem em fuga “à procura de uma vida mais feliz”.

Na opinião do senador, a exposição é comovente, ao mostrar pessoas dos cinco continentes com dificuldades para viver com dignidade. Sebastião Salgado, ex-economista, tem sua arte reconhecida mundialmente e é adepto da tradição da “fotografia engajada”, informou Suplicy. Sua esposa, Lélia Wanick Salgado, é a autora dos projetos gráfi-

cos da maioria de seus livros, completou o senador.

O parlamentar observou ainda que *Êxodos* é fruto de sete anos de trabalho, período em que Sebastião Salgado percorreu mais de 40 países, retratando a história de seus povos, migrações e buscas. Suplicy destacou particularmente os registros das pessoas que tentam cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos.

O trabalho de Salgado em expo-

sição está dividido em quatro capítulos – “Migrantes e refugiados: o instinto da sobrevivência”, “A tragédia africana: um continente à deriva”, “A América Latina: êxodo rural, desordem urbana” e “Ásia: a nova face urbana do mundo” – e, conforme disse Suplicy, busca provocar um debate sobre a condição humana a partir do ponto de vista dos povos em êxodo de todo o mundo.



Suplicy destaca particularmente os registros das pessoas que tentam cruzar a fronteira do México com os EUA

Jader: “Mostra retrata a globalização da miséria”

Ao inaugurar ontem a mostra *Êxodos*, no Salão Negro do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Jader Barbalho, disse que o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado é eminentemente político, pois denuncia as desigualdades no mundo e “retrata a globalização da miséria”.

– Posso dizer, em nome do Senado, que a Casa fica muito feliz em se incorporar a projetos como esse. O Senado é também um espaço aberto de cultura, arte e política, em favor de um mundo melhor – afirmou.

Salgado acompanhou Jader na visita à exposição, que contém fotos tiradas em 42 países durante sete anos. O fotógrafo fez um apelo aos visitantes, e às elites brasileiras, em especial, para que se conscientizem da realidade dos despossuídos. Ele ressaltou sua preocupação com a situação angustiante da África, “esse



Sebastião Salgado acompanhou Jader na visita à exposição

continente abandonado, ao qual demos as costas”.

Compareceram à inauguração a representante do Unicef, Ellen Tolmie, o embaixador de Israel, Daniel Gazit, e parlamentares, entre

os quais os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC) e os deputados José Dirceu (PT-SP), Maria Abadia (PSDB-DF) e Ester Grossi (PT-RS).

Rocha debate no “Cidadania” o fechamento dos manicômios

O programa *Cidadania* da TV Senado recebe hoje o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o coordenador do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado. Os convidados discutem o projeto aprovado pelo Congresso Nacional que estabelece o fechamento gradual dos manicômios. Eles abordam também o preconceito em relação ao doente mental e a questão das verbas do Ministério da Saúde para implantação de uma nova forma de tratamento, com maior participação dos familiares e da comunidade onde vive o paciente. O programa vai ao ar às 19h30.

Uma nova fronteira agrícola é o

assunto do programa *Entrevista* que a TV Senado exhibe hoje às 7h30 e 20h30. O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defende o aproveitamento de área do Piauí para a criação de uma nova fronteira agrícola no país. A idéia é intensificar a produção de grãos, sobretudo soja, na região.

A política de transporte urbano é o assunto do programa *Entrevista* das 9h30 e das 18h30. O senador Nilo Campos (PSDB-RJ) defende como solução para a deficiência do transporte público o sistema de metrô, que já é objeto de crescentes investimentos em alguns lugares do país.

Está prevista para as 14h a exibição da íntegra da reunião da



Alberto Silva defende na TV Senado a criação de uma nova fronteira agrícola no Piauí

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de ontem. Logo depois, será transmitida a reunião da CPI do Futebol, que ouve o ex-vice-presidente de Finanças do Flamengo Bruno Mantuano Caravello e a contadora do clube, Maria Ângela Alves Luz, na manhã de hoje.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Cores do Brasil* – Belém
6h30 – *Cidadania* – O sen. Sebastião Rocha e o dr. Pedro Gabriel Delgado, coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, falam sobre a reforma psiquiátrica
7h30 – *Entrevista* – O sen. Alberto Silva fala sobre as novas fronteiras agrícolas
8h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia
8h30 – *Saúde/Unip* – Prevenção do câncer de mama
9h – *As Cores do Brasil* – Espírito Santo
9h30 – *Entrevista* – O sen. Nilo Teixeira Campos fala sobre as políticas de transporte urbano
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
14h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após – CPI do Futebol – Senadores ouvem Bruno Mantuano Caravello, ex-vice-presidente de Finanças do Flamengo, e Maria Ângela Alves Luz, contadora do clube (gravado)
18h30 – *Entrevista* – O sen. Nilo Teixeira Campos fala sobre as políticas de transporte urbano
19h – *Cores do Brasil* – Rio Grande do Sul
19h30 – *Cidadania* – O sen. Sebastião Rocha e o dr.

Pedro Gabriel Delgado, coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, falam sobre a reforma psiquiátrica
20h30 – *Entrevista* – O sen. Alberto Silva fala sobre as novas fronteiras agrícolas
21h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia
21h30 – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – CPI do Futebol
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – CPI do Futebol
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e Informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tccsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3.2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Moreira defende expansão de ensino a distância

Ao defender a expansão da educação a distância na pós-graduação, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou que as ações do Ministério da Educação sobre a regulamentação dessa modalidade de ensino não correspondam às suas expectativas. Ele observou que, embora em seu aspecto formal a regulamentação “expresse um sentido inequívoco de avanço, seu conteúdo deixou muito a desejar”.

Para o senador por Rondônia, o texto aprovado deixa transparecer que o Ministério da Educação julga com desconfiança o modelo virtual aplicado na pós-graduação. Um dos pontos da regulamentação criticados por Moreira Mendes é a exigência de que o sistema de avaliação a ser aplicado na educação a distância não seja realizado virtualmente.

Moreira Mendes lembrou que vários países desenvolvidos já superaram a desconfiança e a resistência na adoção da educação virtual. “Os puristas que nos perdoem, mas não podemos esquecer que o Brasil convive com baixas taxas de escolaridade e, para rever-



Moreira: países desenvolvidos já superaram desconfiança com ensino a distância

ter tal situação, não sobra outra alternativa viável senão o investimento na educação a distância em todos os níveis de escolaridade”, afirmou.

O senador cobrou de agências financiadoras como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a iniciativa de apoiar a instalação de programas de pós-graduação no país. Ele disse considerar inadmissível que técnicos e dirigentes dos dois órgãos resistam a uma discussão menos preconceituosa sobre o assunto.

O objetivo da educação virtual no âmbito da pós-graduação, esclareceu o senador, é promover, criar e disseminar conhecimentos na universidade e entre os diversos segmentos da sociedade. “Por intermédio do desenvolvimento e da utilização de avançados ambientes virtuais de aprendizagem, busca-se a tão sonhada democratização do ensino sofisticado e pormenorizadamente complexo da pós-graduação”, completou.

Ornélas critica *IstoÉ* por não lhe dar direito de resposta

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) leu em Plenário, ontem, carta que enviou à revista *IstoÉ* e manifestou sua indignação com o fato de a revista sequer ter colocado sua opinião na seção “Cartas ao Leitor”. O parlamentar classificou como “reação torpe e mesquinha”



Waldeck Ornélas: depoimentos dos procuradores desmascararam

a publicação de reportagem com denúncias de irregularidades que teriam ocorrido no Ministério da Previdência durante sua gestão.

Segundo Ornélas, a matéria publicada e o tratamento dado à carta são uma retaliação do veículo contra a defesa que fez do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O ex-ministro considerou que seu colega baiano foi vítima de uma reportagem da revista que divulgou conversa entre An-

tonio Carlos e três procuradores da República.

A não-divulgação da carta demonstraria, segundo o senador, que a revista não merece credibilidade, por falsear a verdade e não conceder direito de resposta.

Quando às investigações no painel de votação do Senado, Ornélas disse que os depoimentos dos procuradores no Conselho de Ética desmascararam a revista. Como resultado, ele acredita que, depois de divulgar uma “versão mentirosa” do diálogo ocorrido no Ministério Público, a *IstoÉ* resolveu iniciar uma campanha difamatória contra o período em que ocupou o cargo de ministro. Uma atitude “típica de imprensa marrom”, completou.

Iris reivindica duplicação de trechos da Belém-Brasília

Senador pede que Ministério dos Transportes inicie estudos para a realização de obras de conservação e criação de segunda pista na BR-153

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) pediu, em discurso no Plenário ontem, a duplicação de trechos da rodovia BR-153, mais conhecida como Belém-Brasília, que corta Goiás de norte a sul e escoia a produção tanto do Tocantins quanto de regiões do Pará. O senador apresentou requerimento pedindo que o Ministério dos Transportes inicie estudos para a realização de obras de conservação da rodovia e criação de uma segunda pista.

Iris fez um apelo especial ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que atendam à reivindicação. Ele entende que as obras devem iniciar-se no trecho entre Anápolis e Porangatu, passando pelo Tocantins.

O senador observou que, embora o governo federal venha buscando a navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins e trabalhando para dar prosseguimento à viabilização da ferrovia Norte-Sul, essas medidas deman-



Para Iris Rezende, obras devem iniciar-se no trecho entre Anápolis e Porangatu

darão tempo. Ele reconheceu os esforços do governo federal em promover melhorias na malha rodoviária e disse acreditar que, quando o governo Fernando Henrique terminar, haverá vários trechos de estradas goianas duplicados, como os que ligam Brasília a Anápolis, Goiânia e Itumbiara, mas lamentou cortes nos recursos orçamentários previstos para a manutenção de estradas.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que o assunto é de interesse de todo o país, uma vez que a rodovia é muito utilizada. De acordo com Patrocínio, a BR-153 está praticamente intráfegável, especialmente em alguns trechos do Tocantins, o que obriga os motoristas a usarem a rodovia estadual Coluna Prestes, que não foi projetada para comportar tráfego de veículos pesados.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou a importância da Belém-Brasília e lembrou que muitas cidades nasceram ao longo dela. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que as obras de conservação da rodovia são um tema que une as bancadas das regiões Norte e Centro-Oeste e parlamentares de governo e oposição. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lamentou que recursos irrisórios do Orçamento sejam destinados à conservação de estradas.

Viana cobra revogação de portaria que exclui procedimentos de planos de saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo ao ministro da Saúde, José Serra, pela revogação da portaria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que exclui da cobertura dos planos de saúde, nos dois primeiros anos de contrato do segurado, 434 procedimentos médicos de alta complexidade, no caso de doença preexistente.

A Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina já argumentaram, lembrou o senador, que a não-utilização de determinados recursos de diagnóstico e de tratamento do paciente pode levar a lesões irreversíveis, ao agravamento de seu quadro clínico e ao risco de morte.

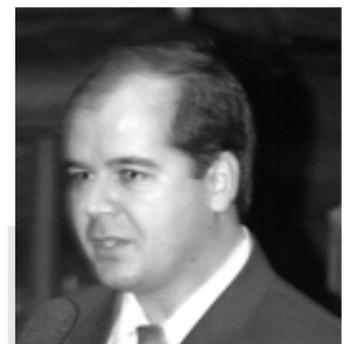
— A ANS não quer revogar a portaria. Por isso, faço um apelo à sensibilidade do ministro para uma providência urgente, antes que haja prejuízos à população

— disse o senador, que é médico. **CÂNCER NO BRASIL**

Tião Viana lamentou que, apesar de o Brasil dispor de 55 serviços especializados em diagnóstico e tratamento de câncer, a doença ainda mate, anualmente, cerca de 120 mil pessoas, o que ocorre por falta de informação de diagnóstico precoce.

— É inadmissível que o câncer mais comum no Brasil seja o de pele, quando todos sabemos que um simples filtro solar fator 15 pode reduzir seus números a quase zero — disse.

A responsabilidade da prevenção e do diagnóstico precoce, afirmou o senador, não é só do poder público, mas da sociedade em geral. Ele entende que a imprensa está fazendo um bom trabalho, divulgando as campanhas públicas e reforçando as advertências em suas reportagens, mas defendeu um maior envolvimento das orga-



Tião Viana: exclusão de procedimentos coloca vida de pacientes em risco

nizações não-governamentais (ONGs) nesse empenho para garantir mais qualidade de vida aos brasileiros.

Tião Viana divulgou estatísticas mostrando que, além do câncer de pele, outros tipos facilmente detectáveis como os de mama, próstata, colo de útero e boca estão entre os mais comuns no Brasil, com altos índices de mortalidade.



Paulo Hartung teme que as concessões não levem em conta o interesse coletivo

Saneamento: Hartung propõe regras para concessão

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto em que estabelece regras para a atuação de empresas privadas no setor de saneamento. Ele propõe que o ingresso dessas empresas seja feito por meio de concessões dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, sem ônus para os adquirentes. Como contrapartida, as empresas teriam o compromisso de manter tarifas baixas e investimentos para a universalização dos serviços.

A não cobrança pela concessão de serviços teria como benefício, segundo o senador, evitar que estados privatizem os serviços de saneamento movidos unicamente pela necessidade de fazer caixa, o que poderia prejudicar os usuários no futuro. Como exemplo de um mau negócio na área, ele citou o caso da venda da Manaus Saneamento. “Esse processo de desestatização, com recursos do BNDES, não embutiu qualquer preocupação com a distribuição de água e tratamento de esgotos na capital amazonense”, lamentou.

A preocupação manifestada pelo senador é de que a privatização do setor não venha acompanhada da atenção e cuidado que o poder público deve ter com esse tipo de serviço, essencial para a população. Para reforçar seus argumentos quanto à importância do saneamento, Hartung cita dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), dando conta de que para cada dólar investido em saneamento corresponde uma economia de quatro dólares nos gastos com saúde pública.

Ramez Tebet cobra atenção a reivindicações de prefeitos

“Ouvidos do povo”, por estarem mais próximos da população, eles devem ser considerados na reforma tributária, recomenda o senador

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) saudou os 3 mil prefeitos reunidos em Brasília, em sua 4ª Marcha, e conclamou os senadores a levarem em consideração suas reivindicações a fim de elaborar leis que possibilitem aos prefeitos atender aos anseios dos cidadãos de seus municípios. A reforma tributária, por exemplo, precisa ser formulada em sintonia com o que pensa a maior parte dos prefeitos brasileiros, destacou.

Tebet afirmou que os prefeitos são os agentes públicos mais próximos da população, servindo de “ouvidos do povo”. Ele aplaudiu a seriedade, a independência e a defesa dos valores maiores da cidadania com que os prefeitos reunidos em Brasília estão apresentando sua pauta de reivindi-



Tebet aplaudiu a seriedade e a independência com que prefeitos defendem suas reivindicações

cações ao governo federal.

Por defender a descentralização administrativa, o senador endossou, em Plenário, a proposta, em tramitação no Senado, de criação de uma comissão especial permanente para estudar os problemas específicos dos municípios e encaminhar soluções.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) argumentou ser da natureza das ditaduras centralizar poder e recursos nas mãos do governo federal. “Ainda estamos vivendo as consequências dos 40 anos de ditadura vivenciados pelo Brasil nos últimos 100 anos. A União continua recebendo a maior fatia dos recursos para educação, saúde, transporte e moradia”, disse.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a maior preocupação dos prefeitos reunidos em Brasília diz respeito à necessidade de estimular a permanência dos jovens no interior. “O governo precisa elaborar um programa para manter os minifundiários em suas propriedades, do contrário esses com-terra em breve serão sem-terra”, argumentou.

Eduardo Siqueira Campos critica ação de agência no controle de planos de saúde

Diante da informação de que os planos de saúde não precisam garantir aos seus segurados sequer a cobertura de um tratamento por hemodiálise ou de uma endoscopia, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) criticou a manutenção da resolução nº 41 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que desobriga as empresas de seguro de cobrir, durante o período de dois anos, cerca de 434 procedimentos médicos relativos a doenças preexistentes. Para o parlamentar, o conceito de preexistência é “altamente preconceituoso”.

Artigo publicado ontem pela Fo-



Eduardo considera muito grave que resolução da ANS exclua tratamento da hepatite C

lha de S. Paulo sobre as dificuldades a que estão submetidos os cidadãos que têm um plano de saúde levou o senador a condenar a atuação da agência. Criada pela Lei nº 9.961, de

28 de janeiro de 2000, a ANS é uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, que, segundo o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), age contra os interesses dos cidadãos, afirmou Eduardo.

Para o parlamentar, é muito grave que a resolução impeça o tratamento, entre outras doenças, da hepatite C, uma das que mais se alastram pelo mundo. Eduardo Siqueira Campos entende que isso vai contra a política adotada pelo Ministério da Saúde, que nos últimos anos tem adotado medidas no sentido de universalizar o atendimento.

Exclusão de doenças também preocupa Sebastião Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou ontem, em discurso no Plenário, sua surpresa com a informação de que portaria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) teria excluído da cobertura dos planos de saúde procedimentos como hemodiálise e exames para detectar a hepatite C. O senador disse que,

caso as informações se confirmem, a decisão da ANS vai contra a política do ministro da Saúde, José Serra, de defender os direitos dos usuários dos planos de saúde.

Rocha informou que foi aprovado ontem de manhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) requerimento de sua autoria promovendo um simpósio sobre a legis-



Sebastião Rocha anunciou a realização de simpósio sobre seguros de saúde

lação dos seguros de saúde, a ser realizado no Senado nos dias 5 e 6 de junho.



Segundo Alcântara, o empresariado cearense tem-se mostrado ágil e competente

Indústria do Ceará cresceu 8,4%, registra Lúcio Alcântara

O crescimento da indústria cearense em 8,4% no ano passado, em relação a 1999, foi destacado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que apresentou resultado de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o comportamento do setor industrial do país no ano 2000. Alcântara comparou o desempenho da indústria cearense ao do Rio Grande do Sul, que cresceu 8,8% no mesmo período.

Os números da pesquisa, afirmou o senador, foram muito bem recebidos pelos analistas econômicos, pois o Brasil estava com sua produção industrial em queda nos dois anos anteriores – de 2% em 1998 e de 0,7% em 1999. Em 2000, o setor industrial registrou resultado positivo de 6,5% na média nacional.

De acordo com a pesquisa, os estados do Nordeste não apresentaram a mesma eficiência do Ceará. Em 1998, o resultado foi positivo (1,4%) e, em 1999, negativo (0,7%). Além do Rio Grande do Sul e do Ceará, a média de crescimento nacional foi superada pelos estados de Minas Gerais (7%), Rio de Janeiro (6,7%) e Espírito Santo (6,6%). As indústrias de São Paulo obtiveram desempenho equivalente à média nacional, informou o senador.

Na avaliação de Alcântara, não só a indústria, mas todo o empresariado cearense “tem-se mostrado ágil e competente”, respondendo aos desafios da economia globalizada. Ele destacou, em especial, o setor de turismo, e seu grande potencial no estado. O turismo, afirmou, “é o setor econômico que deverá apresentar os maiores índices de crescimento nas próximas décadas”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Carlos Wilson, Casildo Maldaner e Mozarildo Cavalcanti